



**Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ: Resgate da cultura local,  
Diversidade Alimentar e Produtiva.**  
*Family Agriculture Fair at UFRRJ: Rescue of local culture, food and productive  
diversity.*

BILHEIRO, Livia Cristina Rodrigues <sup>1</sup>; MELLO, Gabriel Alves Botelho <sup>2</sup>;  
MAJEROWICZ, Nidia <sup>3</sup>; GALDINO, David<sup>4</sup>; DIAS, Anelise<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO/UFRRJ), liveabilheiro@hotmail.com;

<sup>2</sup> UFRRJ, gabrirjural@gmail.com; <sup>3</sup>UFRRJ, nidiamajero@gmail.com; <sup>4</sup>UFRRJ  
davi.hg123@gmail.com; <sup>5</sup>UFRRJ, anelise.dias@gmail.com.

**Eixo Temático: Saúde e Agroecologia**

**Resumo:** A Feira da Agricultura Familiar (FAF) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) iniciada em 2016, se estrutura de modo intersetorial e participativo, diretamente vinculada ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar da Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado do Rio de Janeiro. O presente relato busca sistematizar a contribuição da FAF para o resgate da cultura local, inclusão social, diversidade alimentar e produtiva dos participantes. O estudo foi realizado junto aos agricultores familiares que participam da FAF, campus Seropédica. A iniciativa da UFRRJ em propor a FAF, no espaço da Universidade, é capaz de contribuir positivamente na manutenção das práticas e cultivos tradicionais, na dinâmica produtiva das famílias, na promoção da biodiversidade e nas práticas agroecológicas, auxiliando na geração de renda e possibilitando desta forma, novas perspectivas para a sua reprodução social.

**Palavras-chaves:** segurança alimentar; circuitos curtos de comercialização; inclusão social.

**Keywords:** Food security; Short marketing circuits; Social inclusion.

**Contexto**

A Agricultura Familiar (AF) é caracterizada como principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País (IBGE 2006).

A Lei Nº 11.326 de 24 de julho, de 2006 institui as diretrizes para a formulação da Política Nacional da AF e Empreendimentos Familiares Rurais. Em 2017, foi lançado DECRETO Nº 9.064, que Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei nº 11.326, os principais critérios para que o agricultor se enquadre como AF é ter no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda, além de auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, não possuir, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais.

No Brasil mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários são da AF, os resultados do censo agropecuário de 2006, mostram que a área utilizada por esse grande número de estabelecimentos corresponde a 80,25 milhões de hectares, o



que significa a ocupação de 24,3 % da área ocupada pelos estabelecimentos brasileiros, mostrando que quase 75% das áreas estão tomadas por médias e grandes propriedades, evidenciando a concentração de terras e um sistema de produção com baixa diversidade alimentar e um sistema agrícola homogêneo.

De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008-09, 48% da população brasileira estão com sobrepeso e 15% já se classifica em estado de obesidade. Observou-se ainda, uma menor prevalência de consumo de frutas, legumes ou verduras, apontando para uma alimentação pouco diversificada.

A AF é uma atividade que apresenta um grande potencial de geração de renda e oferta de alimentos aos brasileiros, além de agregar a diversidade cultural e a soberania alimentar. O desenvolvimento desse setor é relevante para estimular a permanência das famílias no campo, diminuindo o êxodo rural e o crescimento da monocultura, que causam problemas graves de insegurança alimentar tanto no campo como na cidade, sendo a AF o principal modelo de agricultura predominante no Rio de Janeiro.

Nos últimos anos as políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional- SAN têm avançado. Por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (BRASIL, 2006) foi estabelecido um conceito abrangente sobre SAN, que é capaz de abarcar iniciativas intersetoriais, que garantam o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de acordo com a fase de desenvolvimento e culturalmente referenciado, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Nesse sentido, a produção de alimentos seguros depende de um conjunto de elementos, tais como pesquisa, ensino, tecnologia, políticas públicas e valorização do conhecimento local. A resposta a essa questão reside na promoção da prática agroecológica, com o estudo holístico dos agroecossistemas, incluindo elementos humanos e ambientais (ALTIERI, 2002), como uma alternativa ao modelo agrícola dominante dependente de agrotóxicos e fertilizantes altamente solúveis, contribuindo desta forma para a solução dos problemas relacionados à pobreza, insegurança alimentar e degradação ambiental.

Os Sistemas agroalimentares abrangem mais do que a unidade de produção agropecuária, compreendendo todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos. Em escala local são dependentes de formas de produção e mecanismos diferenciados de comercialização, tendo como base de sustentação os circuitos de proximidade e a valorização de mercados locais.

Nesse contexto, a construção social dos mercados de alimentos é apoiada na promoção da SAN. Ambos sugerem a AF, a sustentabilidade ambiental e a equidade nas relações de mercado como condições necessárias para estruturação de sistemas agroalimentares que garantam o direito humano à alimentação adequada e saudável (PIRES A; PEREZ-CASSARINO J; COSTA T, 2013).



A UFRRJ, desde 2015 atua fomentando a construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local sustentável, aumentando a oferta de produtos saudáveis com a promoção de alimentos orgânicos e agroecológicos em atendimento à SAN, promovendo canais de venda direta, apoiando técnica e politicamente os agricultores familiares de Seropédica/RJ e regiões próximas por meio do Programa de Extensão multicampi, intitulado “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro”, sendo orientado a cinco eixos – PAA, Feiras de Agricultura Familiar, Capacitação, Residência e Comunicação. Sendo a Feira executada desde 2016.

Neste sentido o relato dessa experiência tem como objetivo apresentar a Feira da agricultura Familiar na UFRRJ, bem como a sua contribuição para o resgate da cultura local, diversidade alimentar e a oferta de produtos saudáveis e promotores de saúde para a comunidade local.

### **Descrição da Experiência**

A FAF foi inaugurada em setembro de 2015, se consolidou em um ano e está no seu terceiro ano, conta com a participação de 24 Feirantes, sendo 16 mulheres. Atualmente possui 16 barracas. A partir da participação dos AF na FAF, foi ampliado o número de agricultores que possuem certificação orgânica, sendo 9 feirantes certificados pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (SPG-Abio), os demais estão no processo de transição agroecológica (podendo integrar o SPG-Abio), caracterizado como um processo de conversão de um sistema de produção convencional para um sistema embasado na Agroecologia (GLIESSMAN, 2009). Acontece toda quarta-feira no campus Seropédica no horário de 8 às 13:00 horas.

A organicidade da Feira se dá por meio do cumprimento de um Regimento Interno, Assembléias trimestrais e reuniões de planejamento para aprimoramento do funcionamento. Possui uma coordenação, composta pela Universidade e Feirantes que se fazem presentes em todas as edições das Feiras, com a finalidade de: prestar apoio na execução do Regimento Interno, auxílio no preenchimento dos relatórios de comercialização, sistematização dos dados e balanço de vendas, além de mediar reclamações e sugestões. Vale destacar, que foi contratado um bolsista do curso de Economia, para auxiliar na análise de dados do relatório de comercialização.

São realizadas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com ênfase em agroecologia e agricultura orgânica, visando ao incremento do faturamento bruto pela diversificação, melhoria da qualidade e apresentação dos produtos, além de fomentar a economia justa e solidária.

Em paralelo à ocorrência da Feira ocorrem oficinas, vivências e a campanha para o consumo consciente, sendo um ambiente político, que apresenta uma alternativa alimentar no campi e enriquece seu espaço formador, no âmbito do



consumo consciente, expandindo os horizontes de seus participantes, tornando-os integrados à instituição e suas atividades. E a formação de profissionais-cidadãos, futuros tomadores de decisões. Todas essas atividades são acompanhadas pelos residentes que realizam a observação participante.

Como forma de avaliar a diversidade de produtos comercializados e análise de faturamento da FAF, é utilizado o relatório de comercialização da FAF que é auto-preenchido pelos feirantes em todas as edições da Feira e fotografado pelos residentes para compilação dos dados. Os resultados apresentados neste relato são do período de março à dezembro de 2018. Para fins de análise quantitativa foi utilizada uma planilha do Excel destinada à digitação e organização de dados provenientes do relatório de comercialização. Para análise dos dados de faturamento bruto e os itens ofertados foram agrupados, em sete grupos: I. hortaliças, II. frutas; III. processados; IV. Beneficiados; V. Mudanças e Insumos orgânicos; VI. Produtos de origem animal e Fungos comestíveis e VII. Outros.

## Resultados

A análise quantitativa dos itens ofertados, foi realizada, com base em 38 edições da Feira. As hortaliças e os produtos processados foram os itens mais comuns, perfazendo mais de 60% do total de itens oferecidos, seguido das frutas, que representou 20% do total (figura 1).

As hortaliças correspondem a 42% dos produtos ofertados, destacando-se a comercialização de plantas espontâneas, como a Bertalha (*Basella alba* L.), o Peixinho (*Stachys byzantina* K.Koch), a Mostarda (*Brassica juncea* L.), a Ora pro Nobis (*Pereskia aculeata* Mill.), a Vinagreira (*Hibiscus sabdariffa* L.), o Caruru (*Amaranthus* spp.) e a Beldroega (*Portulaca oleracea* L.) que não são produzidas ou comercializadas em larga escala por falta de interesse comercial, mas que já fizeram parte da base alimentar dos brasileiros e fazem parte do complexo cultural da Baixada Fluminense/RJ e estão voltando a serem oferecidas nas Feiras da agricultura familiar.

A manutenção de plantas espontâneas dentro e no entorno dos plantios, favorecem o aumento da variabilidade e diversidade das espécies cultivadas, a modificação do microclima e o favorecimento da dispersão de espécies benéficas, sendo práticas que favorecem a conservação e o aumento do controle biológico natural (JOHNSON et al., 2008), tornando os agroecossistemas mais heterogêneos e equilibrados.



**Figura 1.** Percentagem de itens ofertados na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Ainda ocorrem dificuldades de oferta de frutas na Feira, pois é necessário um investimento a médio e longo prazo e uma mão de obra mais especializada por parte dos agricultores. A banana foi a fruta mais ofertada, demonstrando que este item é de grande aptidão na região. Outras frutas que possuem uma baixa expressividade no mercado ou que não são comercializadas em grandes redes, como fruta do conde, cajá, fruta pão, amora, acerola, jabuticaba, jaca, jamelão, tamarindo, dentre outras, foram oferecidas na FAF, trazendo a memória afetiva de alguns consumidores.

Nesse sentido foi perceptível a diversificação produtiva que as pequenas propriedades da região possuem e a sua influência nos serviços ecossistêmicos. Sendo a FAF um canal de comercialização que incentiva a comercialização de alimentos que não eram comercializados por falta de mercado.

### **Considerações Finais**

A inserção das universidades públicas como consumidores coletivos acessando canais de venda direta, tais como as compras de produtos e as feiras de agricultura familiar, vai além da geração de renda.

Essas ações permitem a criação de ambientes ótimos à integração entre a comunidade acadêmica e os agricultores, propiciando, dentre outros: (i) aquisição de alimentos saudáveis; (ii) visibilidade e estímulo à agricultura familiar; (iii) valorização e socialização de práticas e de saberes tradicionais e contemporâneos para o manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis; (iv) ampliação do número de agricultores orgânicos (v) difusão do consumo consciente; (vi) estímulo ao associativismo e à inserção de jovens e mulheres; (vii) incentivo ao acesso de agricultores e seus filhos ao ensino superior e técnico, (viii) reorientação dos objetivos da pesquisa acadêmica para a busca de soluções de problemas locais.



É considerada uma estratégia de resistência e contraposição ao modelo atual de produção e comercialização predominante na sociedade, promovendo a articulação entre a UFRRJ, Empresas de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), poder público e privado para promover o desenvolvimento local com práticas sustentáveis e promotoras de saúde, tanto de quem produz, quanto de quem consome.

Os resultados apresentados nesse relato corroboraram claramente com o potencial que a FAF tem de contribuir com os agricultores na superação das dificuldades para a comercialização dos seus produtos, promoção da SAN, diversidade produtiva e alimentar, contribuindo desta forma para o fortalecimento da agroecologia e inserção social dos agricultores familiares.

### Referenciais bibliográficas

ALTIERI, M. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v.93, p.1–24, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 267 p.

IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 150 p.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, setembro de 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>

BRASIL. **Decreto nº 9064, 31 de maio, 2017.** Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. *Diário Oficial da União*, junho de 2017.

JONSSON, M.; WRATTEN, S.D.; LANDIS, D.A.; GURR, G.M. Recent advances in conservation biological control in arthropods by arthropods. *Biol. Control* 45:172-175, 2008.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. 4<sup>o</sup> Ed. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 658p.